

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.316 - SP (2019/0316090-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE** : **ANA CRISTINA LIVORATTI OLIVA GARBELINI - SP105421**  
**S**  
**ROSE ANNE TANAKA - SP120687**  
**AGRAVADO** : **NOVALATA BENEFICIAMENTO E COMERCIO DE**  
**EMBALAGENS - EIRELI E FILIAL(IS)**  
**ADVOGADOS** : **ROGÉRIO CASSIUS BISCALDI - SP153343**  
**ANGELO BUENO PASCHOINI - SP246618**  
**CRISTINA MATOS LOURENÇO - SP229530**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Fazenda do Estado de São Paulo** contra decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 454):

*APELAÇÃO. ICMS. Programa Especial de Parcelamento (PEP). Pedido de exclusão dos juros moratórios calculados com base na Lei Estadual nº 13.918/2009 e repetição do indébito, ante a declaração de sua inconstitucionalidade pelo C. Órgão Especial em Arguição de Inconstitucionalidade. Possibilidade. Ademais, adesão a parcelamento tributário que não impede o questionamento judicial dos aspectos jurídicos da dívida. Precedente do STJ, julgado sob o regime do art. 543-C do CPC de 1973. Sentença de parcial procedência. Manutenção. Recurso desprovido.*

Opostos sucessivos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 471/472 e 486/491).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 111, 161, § 1º, 181, II, *d*, do CTN; e 24, I, e § 1º, da Constituição Federal Sustenta, em síntese, que: (I) "*Não há inconstitucionalidade ou ilegalidade na legislação paulista que institui os juros moratórios incidentes sobre ICMS pago em atraso.*" (fl. 500); (II) "*A Recorrida assinou acordo de parcelamento e agora pretende modificar o valor de seu*

*débito e as condições do acordo. O pagamento realizado no parcelamento decorreu de iniciativa da própria Recorrida, sabendo que implicaria a renúncia à defesa ou aos recursos previstos na legislação." (fl. 500).*

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não merece prosperar.

De início, não será conhecida a matéria sobre a possibilidade de revisão judicial do débito tributário objeto de parcelamento, cujo seguimento foi negado com base no art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, ante a existência de recurso próprio.

Ademais, em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 24, I, e § 1º, da Constituição Federal.

No mérito, o Tribunal de origem consignou a inconstitucionalidade da legislação estadual no que diz respeito as taxas de juros de mora para tributos e multas estaduais. É o que se extrai do seguinte trecho (fls. 456/457):

*Em respeito ao quanto decidido pelo C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, na Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, j. 27/02/2013, Des. Rel. PAULO DIMAS MASCARETTI, de rigor o provimento do recurso para afastar a aplicação da Lei nº 13.918/2009 e determinar que os juros moratórios sejam limitados aos índices da taxa SELIC .*

*O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 442, firmou entendimento de que juros de mora são matéria de direito financeiro e que, por isso, a competência para legislar é concorrente (art. 24, I, CF). Dessa forma, os Estados devem se submeter às normas gerais, cuja competência é da União.*

*No julgado, ficou assentado que a União estabeleceu norma geral que dispõe sobre juros de mora (Lei Federal nº 9.250/95) e, por tal razão, os Estados não estão autorizados a legislar sobre índices que extrapolem os juros nela previstos. Assim, o C. Órgão Especial decidiu pela "inconstitucionalidade da interpretação e aplicação que vêm sendo dadas pelo Estado" aos artigos 85 e 96 da Lei nº 6.374/89, com a redação dada pela Lei nº 13.918/09.*

*Por isso, foi dada parcial procedência à arguição, para conferir interpretação conforme a Constituição, "de modo que a taxa de juros aplicável ao montante do imposto ou a multa não exceda*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aquela incidente na cobrança dos tributos federais*

*Na atualidade o índice previsto na Lei Estadual nº 13.918/09 é superior ao previsto na Lei Federal nº 9.250/95, que prevê a taxa SELIC. Todavia, pelas razões já expostas, esta não pode ser excedida.*

Assim, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

Ademais, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local (Leis 6.374/89 e 13.918/2009, ambas do Estado de São Paulo), pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*").

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator